

Os intelectuais políticos à prova da interpretação: ações, discursos, linguagem

Lopes, Marcos A.

Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico.

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 104pp.

O ensaio bibliográfico *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*, de Marcos Lopes, constitui-se numa ampla incursão pelo campo da história intelectual. O autor percorreu um século de historiografia, para abordar algumas das vertentes teórico-metodológicas que fizeram autoridade na área. Mas adverte, de saída, que não tem a pretensão de fazer uma "síntese de grandes proporções", por saber o quanto é difícil realizar tal tarefa. Seu plano, por sinal bem mais modesto, mas nem por isso pouco arriscado, é realizar o "mapeamento" de algumas dentre as correntes historiográficas contemporâneas que considera como as mais significativas: a corrente norte-americana das décadas de 1950/60, liderada por Hannah Arendt e Eric Voegelin, e a inglesa dos anos 1960/80, que tem ainda em Quentin Skinner o seu mais destacado representante. A bem da verdade, a análise da contribuição de

Skinner se destaca em relação ao conjunto temático, revelando aspectos da obra de um dos mais renomados historiadores da atualidade, ainda bem pouco conhecido no Brasil exatamente por nossa pouca tradição no terreno da história intelectual.

No primeiro capítulo, "Dos textos canônicos à filosofia dos não-filósofos", Lopes observa que a história das idéias políticas existe, como disciplina universitária, desde o início do século XX. Mas neste período era uma área subordinada à filosofia política. A política já era ensinada nas universidades desde há muito tempo, no entanto, estava imbricada às outras áreas das ciências humanas. A partir de 1930 é que começou a deslanchar. Para o autor, a autonomia e o reconhecimento institucionais conquistados pela disciplina verificaram-se em períodos distintos, e com vigor muito diferente em alguns países europeus e nos Estados Unidos.

Nos primeiros anos de sua existência como campo autônomo, os historiadores compreendiam que deveriam abordar somente os textos clássicos e os temas relacionados ao Estado. O autor faz-nos ver que, ao longo da primeira metade do século XX, a concepção dominante era a de que suas funções seriam a de desenvolver no cidadão uma consciência cívica, a fim de guiar a sociedade rumo a um futuro melhor.

Na França, os intelectuais concebiam a disciplina como possuidora de uma função pedagógica. Tais concepções que se tinha da história das idéias políticas nesses países durou aproximadamente até os anos 1960-70. O autor chama a atenção para o fato de que a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa foram acontecimentos que se faziam latentes na memória desses intelectuais. Por isso, é compreensível que lutassem por regimes políticos democráticos.

O segundo capítulo, "A era dos intelectuais", dá destaque à corrente de estudos desenvolvida nos Estados Unidos, de fins dos anos 1950 às décadas de 1960/70. A geração liderada por Eric Voegelin e Hannah Arendt saiu em defesa da filosofia política contra o império do behaviorismo nas ciências humanas e "nesse embate a história das idéias políticas municiou-se de uma argumentação histórica com contornos declaradamente presentistas". (LOPES 2002: 47). Assim sendo, esses historiadores norte-americanos contra-argumentaram que a leitura que faziam dos clássicos tinha uma finalidade prática, pois, por meio dela, encontrariam as idéias perenes, intemporais, que

servem para explicar todos os tempos, e desta forma poderiam compreender os problemas do tempo presente, e até intervir neles. Para o autor esta foi "a era dos intelectuais engajados", compreendo por isto o sentido forte que a palavra "intelectual" possui desde o *affaire Dreyffus*.

Marcos Lopes chama a atenção para o turbulento contexto histórico em que tais idéias foram concebidas: dois pós-guerras e a repressão ideológica de dois regimes totalitários. Como o autor entende que o pensamento político é fruto do contexto histórico, para ele, tais historiadores dificilmente pensariam de outra forma. Para ele, os equívocos teórico-metodológicos cometidos pela geração de Voegelin e Arendt foram consideráveis. Mas não deixa de reconhecer que foi a partir do esforço destes intelectuais que a história das idéias políticas deu passos vigorosos rumo à sua escalada de grandes realizações.

Conforme observa o autor, a filosofia política e a história das idéias políticas estavam desprestigiadas nas décadas de 1930/40. Apesar das críticas que as obras da geração de Arendt recebera, "por seu presentismo intrínseco" e por sua concepção de uma corrente contínua e linear, "Os intelectuais da geração de Hannah Arendt conseguiram refundar a política como campo de reflexão sólido e consistente, reconhecido e prestigiado." (LOPES 2002: 51). Em "Uma nova história intelectual", terceiro capítulo deste *Para ler os clássicos do pensamento político*, destacam-se as abordagens da corrente historiográfica inglesa, das décadas de 1960/70, capitaneada pelos historiadores da Universidade de

Cambridge. Estes deram início a uma “reviravolta teórico-metodológica”. Suas contribuições surgem como “uma onda revisionista”, que ao perceber as falhas teórico-metodológicas quanto à forma de interpretação de textos, expõe seu “novo” método. O grupo de Skinner reage à concepção presentista da geração anterior, que fazia “projeções do presente no passado”, servindo “uma história do pensamento político descarnada, deslocada de sua própria realidade histórica”. (LOPES 2002: 72). Além de uma rejeição às idéias intemporais, estes historiadores pretendem trazer para o seu campo de reflexão as obras políticas dos ditos autores menores, aqueles que foram esquecidos e subestimados pela historiografia tradicional. A este respeito, Marcos Lopes observa que tal atitude trouxe enriquecimento à história intelectual, pois abriu a possibilidade para uma maior compreensão do passado. Segundo eles, os pequenos autores podem mostrar e explicar aspectos da realidade em relação aos quais os grandes autores nem tocaram. Houve, assim, uma ampliação do *corpus* documental. Para Marcos Lopes, a geração de Skinner não pretende combater a geração anterior, pois reconhece os seus méritos, mas sim preencher os vazios deixados, em decorrência das lacunas teórico-metodológicas legadas por ela. Para o autor, a geração de Skinner teve o mérito de “injetar” uma consciência propriamente histórica na história das idéias políticas. Por seus esforços, realizou uma “manobra radical”, fazendo com que a história das idéias políticas alcançasse um “avanço notável”.

O autor reconhece que a polêmica gerada em torno ao trabalho de Skinner deu prestígio e reconhecimento à disciplina. Contudo, muitas das propostas que a geração de Skinner desenvolveu existiam desde a década de 1920, mas de forma isolada e pouco elaborada. Neste sentido, o mérito e a contribuição desta geração estão mais na recuperação e sofisticação do que propriamente numa radical originalidade. Sendo assim, Marcos Lopes diz ser “preciso recordar, com W. H. Greenleaf, que aquilo que se apresenta como novidade é, em certos aspectos, apenas o velho, sob uma outra forma”. (LOPES 2002: 15). Um dos méritos deste livro, além de propiciar ao leitor estabelecer contato com diversas tendências da historiografia contemporânea, é advertir-nos para uma série de operações intelectuais de suma importância no trabalho de interpretação de textos. Entre estas operações está a reflexão sobre a idéia de contexto histórico, recorrentemente simplificada entre alunos e professores de história. No que diz respeito ao trabalho de interpretação de textos políticos, não basta situá-lo no contexto de outras ocorrências históricas coetâneas do autor. É necessário levar em conta “diferentes contextos” no decorrer da vida do autor, haja vista que os seus textos irão apresentar diferenças entre si. É preciso, então, procurar perceber o diálogo que o autor estabelece com a tradição anterior além de estabelecer uma comparação com os textos dos autores contemporâneos, a fim de perceber suas convenções e seus elementos de originalidade.

Marcos Lopes lembra que, desde o início do século XX, alguns autores, como Harold Laski, vinham chamando a atenção para a importância de se contextualizar uma obra de pensamento político. No entanto, eram vozes que clamavam sozinhas no deserto. O autor percebe que a noção de contexto existe desde há muito tempo, mas é algo que muda de uma geração para outra. Segundo ele, nos períodos medieval e moderno, os historiadores tinham uma forma bem particular de contextualizar: cometiam anacronismos deformadores do tempo histórico real. E, se hoje isto parece um absurdo para nós, esta era a concepção de contexto que se tinha nestes períodos.

O quarto capítulo, "Outros horizontes teóricos", tenta demonstrar que uma das grandes preocupações da história intelectual na atualidade é com os problemas relacionados à linguagem. Os historiadores das idéias percebem o quanto é fundamental que o historiador saiba que um termo pode exprimir conceitos diferentes em contextos distintos. Desconhecendo este fato, o historiador corre o risco de fazer uma interpretação equivocada de seus documentos. Com respeito a este aspecto, Marcos Lopes faz-nos ver que, na década de 1940, Lucien Febvre já tinha essa preocupação. Diante da polêmica em torno à descrença de Rabelais, Febvre observara que, como a linguagem ajuda a explicar comportamento político, no tempo de Rabelais não surgira nenhum termo que exprimisse a idéia de racionalidade moderna. Por meio dessa "advertência", o autor pretende demonstrar que muitas das

propostas "originais" da geração de Skinner podem ter suas raízes em Febvre e em outras escolas historiográficas. Para Marcos Lopes, a nova história do pensamento político pode até retomar a metodologia de Febvre que, paradoxalmente, era hostil a este gênero de história. Contudo, ela vai muito além.

No último capítulo, "A idéia da história imperfeita", constata-se que, atualmente, várias correntes teóricas empreendem críticas ao método de interpretação de textos políticos defendido por Skinner. Marcos Lopes explicita algumas delas, advertindo que nesses novos métodos interpretativos a "intencionalidade autorral" que se constitui em "pedra de toque da análise skinneriana", simplesmente desaparecem.

Diante da grande polêmica quanto aos critérios de interpretação textual pela qual a história das idéias políticas passa, o autor expõe um amplo leque de variações teórico-metodológicas. Há uma vastidão desencorajadora no campo teórico da interpretação. No entanto, isto não parece ser problema para o autor. Antes até bem ao contrário. Segundo ele,

Vivemos numa época de poucas certezas nos vastos domínios das ciências sociais, o que certamente apresenta-se como notável avanço sobre a era de certezas e verdades quase religiosas das décadas passadas. Ao que parece, a história intelectual afigura-se, hoje, como uma Babel de contrastes, um repositório de excentricidades, uma feira de originalidades. (...) E é bom que

assim seja. A existência de tantas tendências ajuda a dissolver os dogmas, implode as ortodoxias mais empedernidas, desacredita os evacuadores de regras. Tudo parece ganhar legitimidade numa época que labora em prol da abolição dos paradigmas sazonais, aquelas verdades canônicas incontesteáveis, destinadas a perdurar para sempre, até a próxima estação. (LOPES 2002: 128-129).

Em seu livro Marcos Lopes deixa explícito do início ao fim a sua grande admiração pela obra de Skinner. Este fato pode ser ao mesmo tempo um dos defeitos e uma das qualidades da obra. Há, de fato, muitas lacunas no texto: autores represen-

tativos ausentes e/ou pouco explorados, ênfase e retomada excessiva sobre alguns temas, etc e etc. Mas os méritos estão em arrasadora maioria e seria redundante retratá-los neste espaço, esvaziando um pouco a iniciativa dos futuros leitores da obra. O fundamental, com certeza, é percebermos que a leitura deste texto pode ser um exercício revelador, sobretudo para o aluno que está iniciando seus estudos na área da história das idéias políticas. Não há dúvida, a obra é indiscutivelmente oportuna, sobretudo porque nos oferece uma consistente base teórica, um chão historiográfico onde se pode pisar com maior segurança, possibilitando, assim, a compreensão de textos mais complexos. Com certeza, esta é a grande contribuição do autor.

Maria Izabel B. M. Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História UFF/Unioeste.